

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiá/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAA Atibaia e Região	Paulo Eduardo Mamede (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T) Natália de F. Colesanti Perlette (S)
CRDS	Tatiana Marsola Piovezani (S)
CETESB	Antônio Carlos Bordignon Júnior (T)
Consórcio Piraf	Francisco Antonio Moschini (T) Roberto Mario Polga (S)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T) Franciscus J. Maria Schoenmaker (S)
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso Brunini Frandi (T) Miguel Madalena Milinski (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H. Dutra e Simões (T)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Walter Antônio Beccaro (T)
Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO)	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T) Oswaldo José Bruno (Palestrante)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (S)
IPT	Maria Lúcia Solera (T) Rafael Pires Spassapan
IP/APTA	Luciana C. Bezerra de Menezes (T)
IZ/APTA	João José A. de A. Demarchi (T) Luiz M. S. Ayrosa (Diretor Geral)
Universidade Presbiteriana Mackenzie	Rosani Franco de Faria Novaes (T) Brenda Bassanello Forsi (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuzo (T)
P.M. de Itupeva	Anderson N. Bastos (T) João Paulo Vieira (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P.M. de Joanópolis	João Henrique F. F. da Silva (S)
P.M. de Jundiá	Ana Maria Martins R. P. Pires (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M. de Nova Odessa	Aryhane Massita (T) Jorge Pereira Fagundea (S)
P.M. de Paulínia	Jeanette Inamine Miachir (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
P.M. de Vinhedo	Rosângela A. M. N. Grigolletto (T) Denise M. A. de Resende (S)
SAA	Tatiana Marsola Piovezani (S)
SAAE Indaiatuba	Ildo de Sousa Dias (T) Larissa Santi Del Conti (S)

SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natália de F. Colesanti Perlette (S) Amanda Alves de Lima (S)
SIMA / CFB	Natália Gomes Fernandes (T)

Membros Ausentes (Entidades)
APTA
Associação RENOVAR
BRK Ambiental
Caminho Verde
CDA / SAA
Instituto Biológico
Jaguatibaia
Maluna Soluções Ambientais
Prefeitura Municipal de Analândia
Prefeitura Municipal de Campinas
Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Prefeitura Municipal de Capivari
Prefeitura Municipal de Itatiba
Prefeitura Municipal de Jaguariúna
Prefeitura Municipal de Joanópolis
Prefeitura Municipal de Mairiporã
Prefeitura Municipal de Piracicaba
Prefeitura Municipal de Vinhedo
PUC Campinas
SINDICAL
TNC
UNICAMP
UNICAMP/FEA
UNICAMP / IB
UNIMEP

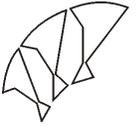
Convidados	
Entidade	Representante
Instituto de Pesca	Antônio (motorista)
Civil Solo Ambiental	Renata Freire
DAE	Mariana Stofel

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

**1. Pré-reunião:** A pauta, a convocação e demais documentos anexados foram enviados previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 92ª Reunião Ordinária, Recepção e Credenciamento, Coffee-break (item 1 da pauta):** Aos nove dias do mês de outubro de 2019, nas dependências do Parque da Cidade em Jundiá, foi realizada a 92ª Reunião Ordinária da CT-RN, iniciando-se com um coffee-break de confraternização e recepção aos

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiá/SP

membros presentes das 9:00 as 9:30 h. Foi dado um boas-vindas e uma apresentação Institucional do DAE Jundiá - Maria Carolina H. D. Simões / Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (PM de Jundiá). Projeto Nascentes de Jundiá nas Bacias do Rio Jundiá-Mirim e Capivari. Estão usando o *Collector* da Agência de Bacias para realizar os PIPs. São mais de mil propriedades nestas bacias. Estão sendo trabalhadas 41 propriedades. Há uma política de PSA aprovada como lei municipal. Não há pagamento em espécie. Há 6 modalidades previstas em lei. Há muita especulação imobiliária nestas bacias que são importantes mananciais. Há recursos de ICMS Ecológico e Royalties do Petróleo (oleoduto, gasoduto e álcoolduto). Aproximadamente 20% desse recurso financeiro é investido em infraestrutura natural. Há muitos problemas com as ações da CDRS no município. Diretor do IZ, Dr. Luiz Ayroza, presente na reunião, iria fazer um levantamento do problema com a coordenação da CDRS;

**2. Secretaria - Aprovação da minuta de ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN e Informes Gerais:** O coordenador da CT-RN discorreu sobre como as atas são elaboradas e a necessidade de leitura prévia por todos os membros, já que as mesmas representam um documento dos acordos celebrados e as decisões tomadas pelo colegiado. Após essa explanação inicial colocou a minuta de ata em votação fazendo um breve resumo, já que a mesma foi enviada com antecedência por meio eletrônico. Sem correções, a minuta de ata foi aprovada. Novas Indicações apresentadas foram aprovadas pela plenária, incluindo o DAE de Santa Bárbara D'Oeste (instituição com titular e suplentes), Prefeitura Municipal de Nova Odessa (instituição com titular e suplentes) e DAEE (instituição com titular e suplente); Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (alteração com acréscimo de suplente), Universidade Presbiteriana Mackenzie (apenas acréscimo de suplentes); Evento: Modelos Econômicos de Restauração com Espécies Nativas - 19 de setembro de 2019 no Instituto Agrônomo de Campinas; Cadernos Temáticos (acesso pelo site: <https://plano.agencia.baciaspcj.org.br/>); Audiência Pública e maior participação dos membros das Câmaras Técnicas; Termo de Referência Programa IV - PMMA - finalização e execução (está com muitos atrasos!); Regimento Interno da CT-RN → GT Regimento - Novas Normas Gerais; Dissertação de Mestrado de Renato Atanazio (Fundação O Boticário) sobre a Pagamento por Serviços Ambientais e a Política de Mananciais PCJ (2019) - Pagamento por Serviços ambientais como Política Pública de Segurança Hídrica e desenvolvimento regional: Análise de estratégias de Comitês de bacias Hidrográficas;

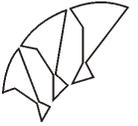
**3. Instituto de Pesca: atividades do instituto que podem contribuir com os trabalhos desenvolvidos nos Comitês de Bacias PCJ - Pesquisadora**

**do IP Dra. Luciana Carvalho Bezerra de Menezes.**

**HISTÓRIA DO INSTITUTO DE PESCA: O Instituto de Pesca: da criação até 1979** - Os primórdios do Instituto de Pesca começaram em Santos, no local onde hoje o Museu de Pesca está instalado. Nesse local, por volta de 1734, existia o Forte Augusto, que, junto com a Fortaleza da Barra Grande, do outro lado do canal, na Ilha de Santo Amaro, impediam a passagem de embarcações hostis pelo canal de acesso à antiga Vila de Santos. O Forte acabou em ruínas e o local, por sua posição privilegiada, foi apontado para a construção, em 1908, da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Estado de São Paulo, pertencente ao governo federal. Inaugurada em maio de 1909, a Escola funcionou até 1931. O Secretário Fernando Costa empenhou-se também na criação de uma Escola de Pesca. Assim, em fevereiro de 1928 criou-se a Escola Profissional de Pesca do Guarujá, subordinada à Seção de Caça e Pesca. Para dirigir a Escola foi convidado o professor Theodorico de Oliveira, que recrutou um grande número de jovens caiçaras, oferecendo-lhes sólida educação e uma profissão das mais dignas, tendo forte influência no desenvolvimento da pesca no estado de São Paulo. Com a sua repercussão e necessidade de ampliação de suas dependências, em dezembro de 1931, a Escola foi transferida para a cidade de Santos, para o prédio da recém-extinta “Escola de Aprendizes Marinheiros”, que abriga hoje o Museu de Pesca do Instituto de Pesca. Em São Paulo, o prédio da Seção de Caça e Pesca, no Parque da Água Branca, também sediava o Aquário, construído em 1930. Essa Seção foi chefiada, de 1930 a 1942, pelo conceituado naturalista Agenor Couto de Magalhães, que idealizou uma escada para peixes no Parque, para que especialistas tentassem realizar a reprodução de peixes migradores em cativeiro. Em janeiro de 1932, a Escola de Pesca foi reestruturada, passando a se denominar “Instituto de Pesca Marítima” e, em dezembro de 1935, novo decreto especificou as atribuições da Seção de Caça e Pesca e do Instituto de Pesca Marítima, ambos subordinados ao Departamento da Indústria Animal. Em 1934, através de decreto federal, foi instituído o primeiro Código Brasileiro de Caça e Pesca, sendo conferidos poderes ao Governo do Estado de São Paulo, através da Seção de Caça e Pesca, para aplicação do Código em seu território. Entretanto, a história do Instituto de Pesca iniciou-se em 1927, quando se promulgou a primeira lei de pesca e se criou, nos quadros da Secretaria da Agricultura, a Diretoria de Indústria Animal, tendo como uma de suas Seções a de Caça e Pesca, com atribuições relacionadas à fiscalização e ao ensino de artes da pesca. Esse serviço, o primeiro do país, objetivava principalmente estimular o desenvolvimento da pesca. E foi criado graças aos esforços do Secretário Fernando de Souza Costa. Durante a década de 1930 foram

# Comitês PCJ

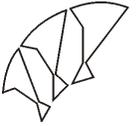
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiaí/SP

evidentes os esforços do Diretor Agenor Couto de Magalhães de dotar a Seção de Caça e Pesca de estações experimentais. Assim, em 1938, solicitou providências para a aquisição de terras em Pirassununga, próxima a Cachoeira das Emas. Nessa época surgiu oficialmente a primeira estação de piscicultura, ligada à Estação Experimental de Produção Animal, em Pindamonhangaba, e também foi criada a Feitoria de Pesca, em Ubatuba, como dependência auxiliar do Instituto de Pesca Marítima. O principal acontecimento científico ocorrido durante a década de 1930 foram as pesquisas de Rodolpho von Ihering, considerado o “Pai da Piscicultura Brasileira”, e colaboradores do Instituto Biológico, que resultaram no desenvolvimento da técnica conhecida por “hipofização”, que possibilitou a obtenção de alevinos de peixes que não se reproduzem naturalmente em cativeiro e que é reconhecida e adotada mundialmente. O Departamento de Indústria Animal, em janeiro de 1942, passou a se denominar Departamento de Produção Animal, sendo incluída a Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres em seu organograma, cuja chefia ficou a cargo do ictiologista Pedro de Azevedo, discípulo de Rodolpho von Ihering. A Divisão apresentava a seguinte estrutura organizacional: Subdivisão de Caça e Pesca, que incluía o Instituto de Pesca Marítima, e Subdivisão de Piscicultura e Produção de Animais Silvestres. Em 1944, o Instituto de Pesca Marítima ficou subordinado diretamente à Divisão de Proteção, com a incumbência de administrar o ensino profissional da pesca e passou a ser a única instituição estadual realizando coleta permanente de dados de produção e captura de pescado marinho, bem como disponibilizando tais informações. Pai de Geraldo Alckmin, ex-governador do Estado de São Paulo (2014), o médico-veterinário Geraldo José Rodrigues Alckmin, dirigiu o antigo “Instituto de Pesca Marítima”, de 1947 a 1949. Em fevereiro de 1949, Geraldo José foi removido para Pindamonhangaba, a fim de chefiar a Subestação de Piscicultura, vinculada à Seção de Fauna Fluvial e Lacustre, da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres. Na área de peixes de água doce, desenvolveu pesquisas relacionadas à nutrição de peixes e à aclimação de espécies da Bacia Amazônica no Estado de São Paulo. Promoveu intenso trabalho de extensão no Vale do Paraíba e foi responsável pela implantação da piscicultura nesta região. Geraldo José Rodrigues Alckmin foi nomeado, em 1947, diretor do então Instituto de Pesca Marítima de Santos, pertencente à antiga Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, da Secretaria da Agricultura, cargo em que permaneceu até 1949. Em meados da década de 1950, atuou na assessoria técnica do gabinete do Secretário de Agricultura, sendo nomeado, em 1958, chefe de gabinete do então secretário daquela pasta, Walter Ramos Jardim, no

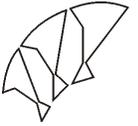
governo Jânio Quadros. No início da década de 1960, retornou a Pindamonhangaba, destacando-se por seu trabalho em equipe, “Peixes como auxiliares no combate à esquistossomose”, visando à destruição de caramujos da família ‘Planorbidae’, hospedeiros intermediários do *Schistosoma mansoni*. Em 1952 foi celebrado convênio com a empresa “São Paulo Light” para desenvolver pesquisas e fomentar a criação de peixes no reservatório Billings. Várias estações foram construídas pela Light para observações biológicas e produção de peixes, visando ao povoamento de reservatórios. Em 1953, a Seção de Fauna Fluvial e Lacustre recebeu do Congo Belga 40 exemplares da tilápia *Tilapia melanopleura*, enviados pelo ictiologista belga Marcel Huet, diretor da “Station de Recherches des Eaux et Forêts”. Os trabalhos iniciais de aclimação foram realizados nas estações da Light. Nesse mesmo ano iniciaram-se estudos visando à aclimação da truta arco-íris, *Salmo irideus*. Esses trabalhos, pioneiros, foram realizados em Campos do Jordão, com exemplares cedidos pelo Diretor Nacional de Caça e Pesca, Ascânio de Faria, e a participação de Pedro de Azevedo, José de Oliveira Vaz, Wilton Brandão Parreira e José Maria Bramley Barker. Dando continuidade a essa atividade, em 1960 importaram-se ovos embrionados do Chile e da Califórnia. Em setembro de 1964 inaugurou-se o Posto de Salmonicultura de Campos do Jordão, transformado posteriormente em “Estação de Salmonicultura Dr. Ascânio de Faria”. No início da década de 1960, o Instituto de Pesca Marítima realizou convênios com companhias hidrelétricas, para estudos de grandes reservatórios, visando ao povoamento e repovoamento com espécies indicadas ou adaptadas a novos ecossistemas. Em janeiro de 1964 instalou-se o Serviço de Investigação sobre Pesca Marítima, com o objetivo de criar uma estrutura condizente com as diversas atividades então desenvolvidas na pesca marítima. O referido Serviço foi dividido em cinco setores e sua estrutura constituiu o alicerce da Divisão de Pesca Marítima do Instituto de Pesca. Em 1966 extinguíram-se os Cursos de Pesca promovidos pelo Instituto de Pesca Marítima e, com eles, a formação de mão de obra especializada para a pesca, pois, a despeito do interesse do governo paulista em manter os referidos cursos, a quase totalidade dos alunos formados não se dedicava profissionalmente a atividades ligadas à pesca. Na segunda metade da década de 1960 instituiu-se comissão para estudar e propor uma estrutura destinada à criação de uma instituição com arcabouço técnico-científico capaz de dar contribuição decisiva para o desenvolvimento da pesca. O ano de 1968 foi marcado por um fato auspicioso, ou seja, a criação, através de decreto, do Conselho de Pesca do Estado de São Paulo, que passou a representar um canal de reivindicações do setor pesqueiro junto ao Governo do



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiaí/SP

Estado. Em 8 de abril de 1969, o Governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, transformou a Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres em INSTITUTO DE PESCA, vinculando-o à Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) da Secretaria da Agricultura e representando a continuidade em nível mais avançado dos trabalhos envolvendo a pesca e a aquicultura, realizados há décadas no Estado. Nessa ocasião encerraram-se as atividades do Aquário do Parque, até então aberto para visitação pública, e o acervo do Museu de Caça e Pesca foi transferido para Santos, em razão da criação da Seção de Museu de Pesca. **O Instituto foi o primeiro órgão de pesquisa do país voltado ao estudo de ecossistemas aquáticos e à biologia de organismos marinhos e continentais, com vistas ao povoamento e repovoamento com espécies indicadas.** Foi criado com as seguintes atribuições: Realizar pesquisas básicas e aplicadas sobre a fauna e o ambiente aquático, visando ao aumento da sua produtividade e à sua exploração racional; Orientar o povoamento e repovoamento de águas interiores do Estado com espécies indicadas; Incentivar as atividades pesqueiras, orientando-as, desenvolvendo suas técnicas e cooperando para o preparo de mão de obra especializada. O primeiro Diretor do Instituto de Pesca foi Álvaro da Silva Braga, que designou Getúlio de Souza Neiva para a diretoria da Divisão de Pesca Marítima e José Maria Bramley Barker para a Divisão de Pesca Interior. O Instituto de Pesca foi ainda a única instituição paulista a manter, na década de 1970, pesquisas regulares em aquicultura, com importantes resultados relacionados ao cultivo de trutas, ostras e mexilhões, dentre outros organismos aquáticos. Desenvolveu pesquisas sobre reprodução induzida e foi pioneira em criação e conservação de sêmen de peixes e em estudos de doenças de organismos aquáticos. Instalou bases regionais de apoio a pesquisas institucionais em Pirassununga, Pindamonhangaba, Pariquera-açu, Campos do Jordão, Ubatuba e Cananéia. No início, o Instituto de Pesca manteve a seguinte estrutura organizacional: Divisão de Pesca Marítima - Seções de Controle da Produção Pesqueira; Biologia Pesqueira e Bioquímica; Técnica Pesqueira e Treinamento; e Microbiologia, Parasitologia e Patologia. Divisão de Pesca Interior - Seções de Biologia Aquática e Aquicultura; Controle e Orientação da Pesca; Limnologia; e Estações Experimentais e Postos de Piscicultura: Setores da Vertente Atlântica, do Rio Tietê, do Rio Paraná, do Rio Grande e do Rio Paranapanema. Em fevereiro de 1970, uma nova Portaria reorganizou as atribuições das Seções Técnicas do Instituto de Pesca, na seguinte conformidade: Divisão de Pesca Marítima - Seções de Controle da Produção Pesqueira, Biologia Pesqueira, Tecnologia de Pesca e Microbiologia e

Bioquímica; Divisão de Pesca Interior - Seções de Biologia Aquática, Controle e Orientação da Pesca, Limnologia e Aquicultura, bem como, Setores da Vertente Atlântica, do Rio Tietê, do Rio Paraná, do Rio Paranapanema e do Rio Grande. Em princípios da década de 1970 iniciou-se a implantação da Base de Pesquisa do Litoral Sul, em Cananéia, e da Base de Maricultura de Ubatuba (então ligada ao Parque Estadual da Ilha Anchieta). Em 1972, a Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais implantou o “Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Pesquisa”. Dentro do referido sistema, o Instituto de Pesca, também caracterizado como órgão de prestação de serviços, procurou aproximar-se do usuário da tecnologia que gerava, passando a desenvolver as seguintes atividades: Administração de cursos sobre tecnologia de pesca, manutenção de motores, aparelhos de pesca, aparelhos hidráulicos e radiocomunicação, pesca interior e marítima; Produção de peixes para incentivo à piscicultura; Implantação da ranicultura paulista; Povoamento de rios de montanha no Estado de São Paulo; Administração de cursos de pesca interior e marítima; Desenvolvimento técnico do Museu de Pesca. A partir de 1972, o Instituto de Pesca passou a desenvolver pesquisas em ostreicultura, através de conhecimentos biotecnológicos. Nos primeiros anos da década de 1970, apesar do pouco tempo de funcionamento, o Instituto de Pesca já começou a se distinguir como órgão de pesquisa, passando a desfrutar de considerável prestígio junto à comunidade científica. É quando a colaboração da Instituição é frequentemente requisitada por instituições federais e estaduais, destacando-se a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), para as seguintes ações: Controle biológico e estatístico da produção pesqueira marítima da região Sudeste-sul; Estudos sobre a biologia do atum e espécies afins; Estudos sobre a biologia e autoecologia de espécies de água doce; Estudos visando à implantação da salmonicultura; Capacitação de mão de obra em ostreicultura, junto à Base de Cananéia. Na área marítima, dois fatos importantes ocorreram: transferência das instalações do Posto Maregráfico do Instituto Geológico e Geográfico, localizado em Ubatuba, para o Instituto de Pesca; e, a partir dos resultados favoráveis obtidos no projeto “Ostreicultura”, em Cananéia, início de importante programa destinado ao aprimoramento de técnicas de ostreicultura comercial. Em 1973, a administração do Instituto de Pesca foi transferida para o município de Santos, permanecendo em São Paulo, no Parque Fernando Costa, a Divisão de Pesca Interior. Em 1974 foram concluídas as obras do Laboratório de Biologia de Peixes Fluviais, construído às margens do rio Mogi Guaçu, em Cachoeira das Emas, município de Pirassununga, mais tarde, em 1986, denominado “Laboratório



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiá/SP

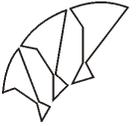
Dr. Pedro de Azevedo”. Ainda em 1974, a Divisão de Pesca Interior obteve importantes resultados nos trabalhos de aperfeiçoamento de técnicas de fecundação artificial da truta arco-íris. Em fevereiro de 1976, a sede do Instituto retornou a São Paulo, no Parque Fernando Costa. Em 1976, o Decreto 7913, de 12/5, autorizou o recebimento de equipamentos, do Governo do Japão, para o navio de pesquisas Orion do Instituto de Pesca, com 23,45 m de comprimento total, lançado ao mar em 1977. Em 1977, o Instituto conseguiu, pela primeira vez no Brasil, a reprodução induzida do pacu *Colossoma mitrei*. Em 1978 iniciaram-se as pesquisas com a manjuba *Anchoviella lepidentostole*, espécie de significativa importância socioeconômica no Vale do Ribeira. Ainda em 1978 iniciaram-se pesquisas na área da ranicultura, visando solucionar problemas complexos relativos ao cultivo intensivo da rã-touro, *Rana catesbeiana*. Em fevereiro de 1991 inaugurou-se o Ranário Experimental de Pindamonhangaba, com capacidade para produzir trezentos mil girinos de rã-touro por ano. Em fins da década de 1970 iniciou-se o estudo da biologia e autoecologia de camarões de água doce, particularmente do gênero *Macrobrachium*.

**Instituto de Pesca: de 1980 aos dias atuais** - A década de 1980 foi marcada pela consolidação definitiva do Instituto de Pesca como órgão de referência técnica, em virtude dos avanços tecnológicos na área de cultivo de organismos aquáticos. No final dessa década, resultados de pesquisas foram direcionados aos usuários, através da intensificação de cursos, palestras, simpósios, conferências, dias de campo etc. Nesse período, o navio Orion realizou importantes cruzeiros de pesquisa científico-pesqueira, tendo atuado nas áreas: captura de anchoíta no Rio Grande do Sul, levantamento de bancos de algas laminárias no Espírito Santo, pesca experimental de lulas com atração luminosa e de atuns com espinhel e determinação de parâmetros oceanográficos e meteorológicos nas bacias de Campos e Santos. Em 1983, o Instituto de Pesca participou da definição das “Diretrizes de Atuação da CPRN” – Plano Setorial 1984/87, integrando o “Sistema de Informação e Administração da Pesquisa” (SIAPA). Reformulou-se então toda a programação do IP, que passou a focar a preservação de estoques pesqueiros e a produção de organismos aquáticos. O programa envolveu 84 projetos ligados aos temas: bioecologia, espécies pelágicas, camarão, controle estatístico e biológico do pescado, biologia e autoecologia de peixes de água doce, fisiologia de peixes, espécies demersais, estudos de ecossistemas aquáticos potencialmente favoráveis à aquicultura, maricultura, pesca exploratória e experimental, piscicultura, carnicultura e ranicultura. Também em 1983, a Seção de Bioquímica e Microbiologia da Divisão de Pesca Marítima transformou-se em Seção de Maricultura. Em 1984 destacou-se o convênio

celebrado com a CESP para estudos de biologia, reprodução induzida e larvicultura de espécies reofílicas, visando à tecnologia de cultivo. Em 1987, a Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (constituída dos Institutos de Botânica, Geológico, Florestal e de Pesca) passou a integrar a recém-criada Secretaria do Meio Ambiente. Ainda em 1987, o Instituto de Pesca retornou à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em razão de seu vínculo com setores produtivos e industriais do Estado. Em 1988, após uma fase de readaptação, o Instituto integrou-se ao “Sistema de Informação da Pesquisa Agropecuária” (SIPA), da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. Nesse Sistema, o IP participou do “Programa Geração de Tecnologia”, como parte do “Plano de Ação para a Agricultura Paulista”, no período de 1987 a 1990. Tornou-se necessária então uma reavaliação dos projetos de pesquisa, que ficaram assim agrupados em dois programas: “Pesca e Aquicultura” e “Diversificação Agropecuária” e nas seguintes linhas de pesquisa: Biologia de Organismos Aquáticos, Reprodução Animal, Técnicas Criatórias, Métodos Experimentais, Estudos Econômicos, Alimentação Animal, Sanidade Animal e Tecnologia de Alimentos, totalizando 88 projetos. Ainda em 1988 celebrou-se importante convênio com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que permitiu a implantação do “Projeto Tainha” e a construção do Laboratório de Maricultura de Cananéia. Um importante resultado desse ato, dentre outros, foi a reprodução induzida da tainha. Em 1989, o Instituto gerou três importantes documentos: Diagnóstico da Pesca Marítima do Estado de São Paulo, Diagnóstico da Pesca Continental do Estado de São Paulo e Diagnóstico sobre Aquicultura no Estado de São Paulo, que permitiram à instituição traçar a política de pesquisa para a última década do século 20. Procurou-se assim detectar a demanda do setor privado, priorizando pesquisas sobre tecnologias destinadas ao aumento da produtividade piscícola, que certamente teriam reflexos socioeconômicos positivos para as comunidades rurais. Em março de 1991, por solicitação da então nova administração estadual, o Instituto elaborou um plano de modernização do atendimento a aquicultores, visando à agilização desse setor. Criou-se o “Plano de Atendimento à Demanda de Alevinos para o Estado de São Paulo”, através do “Projeto Fomentar”, vinculado à Divisão de Pesca Interior do IP, destinado à orientação técnica a prefeituras, outros órgãos públicos e empresas privadas, e com base no então “Plano Emergencial para Incremento das Atividades do Instituto de Pesca”. O “Fomentar” contou com o apoio da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP). Outras realizações em 1991: a) construção de tanques no Centro de Pesquisa em Aquicultura do Vale do Ribeira; b) ampliação

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiá/SP

das instalações do laboratório de reprodução de peixes marinhos da Base de Pesquisa de Cananéia; c) início das atividades da Fazenda Experimental de Cultivo de Mexilhões, na Base de Ubatuba; d) reinício dos trabalhos de repovoamento de rios do Estado de São Paulo. Em 1993 concluíram-se as novas instalações do Setor de Patologia de Organismos Aquáticos, que contribuiu para o avanço dos estudos de moléstias parasitárias e infecciosas e para a operacionalização de métodos de diagnóstico de doenças em organismos aquáticos. Na década de 1990 ocorreram investimentos consideráveis nas Bases de Pesquisa, com vistas à modernização e expansão das atividades: Inauguração das novas instalações da Estação de Salmonicultura Dr. Ascânio de Farias, em Campos do Jordão; Inauguração do Laboratório de Peixes Fluviais Dr. Pedro de Azevedo, em Pirassununga; Inauguração das instalações do Ranário Experimental, em Pindamonhangaba; Remodelação dos laboratórios de Limnologia e de Patologia em São Paulo; Melhoramento do Laboratório de Maricultura de Cananéia; Instalação do Parque Demonstrativo de Pesquisa e Produção de Mexilhões, em Ubatuba; Ampliação do Laboratório de Biometria, com a construção de sala de processamento de camarão de água doce e do Laboratório de Reprodução Induzida, em Pindamonhangaba; Ampliação das instalações do Laboratório na Base de Pesquisas de Ubatuba; Ampliação das instalações do Laboratório de Larvicultura, em Pirassununga; Ampliação do Laboratório de Reprodução e Larvicultura, em Pariquera-açu; Inauguração do Aquário no Parque Fernando Costa, em São Paulo; Restauração do prédio do Museu de Pesca; Na área da informática destacou-se a implantação do “centro de processamento de dados”. Em setembro de 1999, através de decreto criou-se a Coordenadoria de Pesquisa dos Agronegócios. Em maio de 2000, alterou-se a denominação dessa Coordenadoria para Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). As bases de pesquisa do Instituto de Pesca (Campos do Jordão, Pirassununga, Pariquera-açu, Barra Bonita e Pindamonhangaba) da área continental passaram a integrar os Polos Regionais da APTA. Em 2000 criou-se a Unidade Laboratorial de Referência em Tecnologia do Pescado, em Santos, área de pesquisa até então vinculada ao ITAL. Em 2003, essa Unidade Laboratorial foi estruturada para atuar em processamento de pescado, cozinha experimental, análise sensorial, físico-química e microbiologia, visando ao desenvolvimento e controle de qualidade de novos produtos. Atualmente, em 2009, essa Unidade se reestrutura fisicamente para atender a pesadas exigências técnicas visando à sua certificação para atuar na área de segurança alimentar de produtos de pescado. Em 2002, o Decreto 46488, de 8/1, reorganizou a Agência Paulista de Tecnologia

dos Agronegócios (APTA); com essa nova reestruturação, o Instituto de Pesca teve o seu organograma novamente modificado com as estruturas: Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Pescado Continental, em São José do Rio Preto; Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Pescado Marinho, em Santos; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Peixes Ornamentais, em São Paulo; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos, em São Paulo; Centro de Administração da Pesquisa e Desenvolvimento; Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. O Centro de Comunicação, relevante inovação estrutural, constituído para organizar a dinâmica de informações intra e extrainstitucionais, representa instrumento estratégico para a disseminação e popularização dos resultados da pesquisa científica. Um recurso que reflete o desempenho da comunicação institucional é a progressiva visitação ao site. Criado em 2002, o site do Instituto de Pesca recebeu naquele ano 7.942 visitas. Já em 2008, esse número atingiu 258.187 visitas. O recorde mensal ocorreu em junho de 2008 com 29.137 visitas, ou seja, cerca de mil entradas por dia. Em 2004, o Instituto criou o Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Pesca, em nível de Mestrado. Trata-se de um dos poucos cursos de pós-graduação do país a reunir as áreas de aquicultura e pesca em um mesmo programa. Para citar outro exemplo de ação institucional, em 2005 iniciaram-se as atividades de pesquisa do Centro Avançado do Pescado Continental, em São José do Rio Preto. Brevemente o Centro contará com três laboratórios especializados, passando a constituir um centro de referência para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de pesca e aquicultura de águas interiores. O objetivo é alavancar o crescimento do segmento de produção de pescado continental, especialmente na região Centro-norte paulista. Já as obras de ampliação, recuperação e modernização da Unidade Laboratorial de Referência em Limnologia, na Capital de São Paulo, foram o principal destino dos recursos aplicados no Instituto de Pesca em 2008, o que permitirá adequar as instalações físicas aos padrões recomendados pelas normas brasileiras da ISO. Basicamente, a abrangência científica do Instituto de Pesca envolve as áreas de: estudos ambientais; autoecologia; biologia pesqueira e análise de populações; tecnologia de cultivo de peixes, crustáceos, moluscos e macroalgas; biotecnologia e/ou melhoramento animal; tecnologia de pesca; gerenciamento pesqueiro; socioeconomia pesqueira; agregação de valor ao pescado; e tecnologia de processamento de pescado. Em termos de atividades complementares, o Instituto também atua no controle sistemático de dados estatísticos de pesca continental e marítima, implantação de fazendas-piloto de cultivo,



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiaí/SP

diagnóstico e orientação de medidas profiláticas de doenças em peixes, análise de água, difusão de conhecimentos e tecnologias em pesca e aquicultura, assessoria a órgãos dos poderes legislativo e executivo para a formulação e implantação de políticas públicas para o setor pesqueiro e ações educativas e culturais através do Aquário de São Paulo e do Museu de Pesca. A síntese do papel do Instituto de Pesca nestes 40 anos é a tradição de diálogo que a instituição sempre manteve com o setor produtivo, tanto da pesca quanto da aquicultura. Diálogo que tem resultado em cooperação recíproca beneficiando a ciência, a economia e, conseqüentemente, a sociedade. Cooperar para garantir a sustentabilidade, a disponibilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros é o objetivo da ação institucional que se dá através da pesquisa, da difusão do conhecimento especializado e da orientação técnica, seja diretamente ao produtor e consumidor, seja pela participação em colegiados envolvidos no gerenciamento amplo do setor pesqueiro nacional. Então, com seus 40 anos, misto de juventude e experiência, o Instituto de Pesca tem cumprido a sua função de promover a integração do segmento pesqueiro, através de parcerias entre órgãos normativos, o setor produtivo, a extensão e a pesquisa científica para subsidiar e alavancar as iniciativas de desenvolvimento do agronegócio do pescado, sempre com o foco na sustentabilidade e na segurança alimentar. Fonte: <https://www.pesca.sp.gov.br/instituto/historico>. **Comentários:** A ideia de aproximação com o Instituto de Pesca da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) da SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento se deve ao potencial de incremento nas ações relacionadas com a ictiofauna como bioindicadores da qualidade dos corpos hídricos, bem como o controle dos pesqueiros (**Qualidade da água em pesqueiros e tanques de aquicultura - manejo visando à sustentabilidade ambiental destas atividades**). Os pesqueiros contribuem para eutrofização do corpo d'água receptor, sendo que 60% dos pesqueiros apresentaram florações de algas potencialmente tóxicas. Há necessidade de um manejo mais adequado desses locais procurando controlar a quantidade e a qualidade do alimento ofertado. As principais linhas de pesquisa são: **Inovação Tecnológica Aplicada à Produção na Cadeia do Pescado (55% dos PqCs):** Tecnologia em Aquicultura e Pesca (Marinha e Continental); Genética e reprodução de peixes; Nutrição de organismos aquáticos; **2. Controle sanitário em produções de organismos aquáticos (10% dos PqCs):** Patologias e parasitologia; Biotecnologia para produção de probióticos e vacinas na Aquicultura; **3. Ciência e Tecnologia Aplicada à Segurança Alimentar dos Alimentos à Base de Pescado (9% dos PqCs):** Qualidade e Tecnologias de Processamento de Pescado; Desenvolvimento de novos produtos e processos;

**4. Suporte Tecnológico para Redução de Impactos Ambientais e Sociais em Ecossistemas Aquáticos (26% dos PqCs):** Sustentabilidade na pesca e na aquicultura; Impactos ambientais. Há o Laboratório de Qualidade de Água que executa análises físicas e químicas da água, análises do sedimento, análises da macrofauna bentônica, avaliação da densidade de larvas de mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*). Disponibilidade de análises imediatas com as sondas multiparâmetros. Espera-se que esta aproximação gere pesquisas nas áreas de mananciais e contribua para o desenvolvimento de indicadores e monitoramento dos projetos da Política de Mananciais PCJ; **4. Programa Paulista para incentivo a criação de RPPN - Engenheiro Oswaldo José Bruno - Fundação Florestal - <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/pagina-inicial/rppn/>** A Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN é uma unidade de conservação de domínio privado e perpétuo, com objetivo de conservação da biodiversidade, sem que haja desapropriação ou alteração dos direitos de uso da propriedade. Pode ser criada em áreas rurais e urbanas, não havendo tamanho mínimo para seu estabelecimento. Pessoas físicas, jurídicas, ONGs, entidades civis ou religiosas podem requerer o reconhecimento total ou parcial de suas propriedades como RPPN, desde que sejam os legítimos proprietários da área. O pedido de reconhecimento da RPPN é iniciativa do proprietário, formalizada mediante requerimento ao Poder Público. Uma vez instituída, a reserva passa a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, conforme previsto na Lei Federal nº 9.985/2000. **Atributos:** Para ser reconhecida como RPPN, a área deve apresentar atributo ambiental que justifique sua criação, como a presença de vegetação nativa que represente o bioma da região, a exemplo da Mata Atlântica e do Cerrado. Além disso, recursos hídricos, tais como nascentes e cursos d'água, a mata ciliar, a fauna e flora e a paisagem são aspectos que contribuem para compor as características da reserva. **Importância:** Atualmente, restam apenas 17,5 % de vegetação natural no Estado São Paulo, perfazendo uma área de 4,34 milhões de hectares, segundo o Inventário Florestal do Estado de São Paulo (IF/SMA, 2010). Desse total, cerca de 77%, aproximadamente 3,34 milhões de hectares, encontram-se em propriedades particulares, fazendo com que a criação de RPPN seja um importante instrumento para a conservação da biodiversidade em terras paulistas. **Além disso, as RPPN proporcionam:** Garantia da perpetuidade da área natural; Garantia da proteção das espécies, habitat, ecossistemas e a manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; Conservação dos atributos cênicos e ou paisagísticos; Contribuição com a proteção de áreas remanescentes no

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiá/SP

entorno de Unidades de Conservação, formando corredores ecológicos, assegurando o fluxo gênico entre as áreas; Contribuição com o aumento das áreas protegidas no Estado de São Paulo; Promoção de ações de educação ambiental; Incentivo ao ecoturismo, recreação e lazer em áreas naturais e Contribuição com a geração e aumento do conhecimento científico. **Usos possíveis:** Nas RPPN podem ser desenvolvidas, a critério do proprietário, atividades de pesquisa, ecoturismo, educação ambiental que podem contribuir para a geração de renda no imóvel. **Benefícios:** **Uma vez instituída, o proprietário da RPPN tem a possibilidade de acesso aos seguintes benefícios:** Isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre a área da RPPN (lei 9393/96). Concessão de garantias legais nas ações de proteção e defesa do patrimônio natural existente no imóvel. Inclusão no “Plano de Policiamento Ambiental para Apoio à Proteção das RPPN” realizado pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo. Prioridade de análise de pedidos de crédito rural em bancos oficiais. Prioridade de análise para projetos apresentados ao [Fundo Nacional de Meio Ambiente \(FNMA\)](#). Captação de recursos junto às fontes públicas. Maiores detalhes veja a publicação “Caminho das Pedras” – [Manual de acesso aos recursos públicos nacionais para proprietários de RPPN](#)”. Captação de recursos junto às ONGs, a partir de projetos referentes à implantação e gestão de RPPNs, com destaque ao “Programa de Incentivo às RPPN” da [Aliança para a Conservação da Mata Atlântica](#). Prioridade pela CETESB na análise de pedidos de licenciamentos, em imóveis que tenham RPPN. Participação em editais para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). **Compromissos:** **O proprietário de uma RPPN tem os seguintes compromissos para garantir a conservação da área:** Manutenção dos atributos ambientais, adotando medidas de proteção; Elaboração e implantação o Plano de Manejo; Divulgação da RPPN na região; Sinalização com placas as vias de acesso e os limites da RPPN e Informar sobre as condições e atividades desenvolvidas na área por meio de relatório a ser enviado anualmente ou quando solicitado pelos órgãos que instituíram a reserva. O Programa Estadual de Apoio às RPPN Paulistas tem como objetivos estimular a criação e implementação de RPPN no Estado de São Paulo mediante uma série de ações de apoio e incentivo aos proprietários. O Programa RPPN Paulistas é coordenado pela Fundação Florestal, sendo instituído pelo [Decreto Estadual nº 51.150/2006](#). Atualmente, existem 99 RPPNs instituídas no território paulista, abrangendo uma área de 21.827,40 hectares. Deste total, 51 RPPN foram instituídas por meio do Programa RPPN Paulistas da Fundação Florestal, perfazendo 17.432,33 hectares. Na Fundação Florestal constam ainda 23 pedidos de RPPN em

andamento. **PROJETO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS – PSA. Crédito Ambiental Paulista para as RPPN – Projeto CAP/RPPN:** O Projeto CAP/RPPN – é um instrumento público pioneiro com o objetivo de promover a conservação e, quando necessária, a restauração de processos ecológicos em áreas privadas reconhecidas como RPPN, visando manter e/ou ampliar o provimento dos serviços ecossistêmicos de conservação da biodiversidade e de produção de água, remunerando os proprietários por serviços ambientais prestados por eles em suas áreas. As diretrizes, critérios e o cálculo do PSA para remuneração dos proprietários de RPPN são definidos pela Resolução [SMA nº 89 de 2013](#) publicada em 18/09/2013. **Como participar:** A participação dos proprietários de RPPN é voluntária que poderão se inscrever nos editais de chamada pública lançados pela SIMA. A seleção será realizada pela Fundação Florestal, de acordo com as regras estabelecidas nos editais e na resolução. **Como funciona:** Os proprietários das RPPN selecionadas firmarão contrato de até cinco anos com o Fundo Estadual de Controle e Prevenção da Poluição – FECOP e receberão os pagamentos mediante a comprovação dos serviços realizados nas suas áreas, definidos no Plano de Ação apresentado pelo proprietário da RPPN. As RPPN serão monitoradas a partir do Plano de Ação, Relatório Anual de Situação, apresentado pelo proprietário ao final de cada etapa executada, e vistorias realizadas pelos técnicos da Fundação Florestal que emitirá um parecer comprovando a execução dos serviços para pagamento da parcela pelo FECOP. Em caso de comprovação e homologação como área de soltura da fauna silvestre ou a aprovação do Plano de Manejo da RPPN pelo órgão competente, os proprietários poderão receber um “bônus” de 20% do valor da última parcela. **1º Edital:** O [1º Edital de Chamada Pública](#) selecionou 11 RPPN, perfazendo uma área total de 1.884,34 hectares, cujos proprietários serão remunerados pelos serviços ambientais comprovadamente prestados à sua conservação, por um período de cinco anos. O valor total do FECOP, para os cinco anos de contrato, é de R\$ 1.900.606,01. [RPPN Contempladas 1º Edital](#) - Os pagamentos serão feitos em 5 parcelas, após comprovação da execução dos serviços à cada etapa, conforme cronograma do Plano de Ação de cada RPPN (veja abaixo) aprovado pela Fundação Florestal. [Resultado da primeira etapa de seleção do 1º edital](#). [Resultado da segunda etapa de seleção do 1º edital](#). **Planos de Ação:** [Planos de Ação das RPPN selecionadas para o 1º edital - Bela Aurora; Estância Jatobá; Fazenda Renópolis; Meandros II; Meandros III; Pedra da Mina; Reserva Amadeo Botelho; Rio dos Pilões; Serra dos Itatins; Sítio Manacá; Toca da Paca](#). **2º Edital:** O [2º Edital de Chamada Pública](#) tem como foco as RPPN localizadas nas bacias hidrográficas de maior importância para o

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/10/2019- 9h Parque da Cidade – Jundiaí/SP

abastecimento d'água no Estado de São Paulo (PCJ, Rio Paraíba, Alto Tietê), priorizando aquelas localizadas nas "Bacias Formadoras de Mananciais de Água do Programa Nascentes" da SIMA de que trata o Decreto nº 60.521, de 5 de junho de 2014. Inscreveram-se 9 RPPNs, perfazendo uma área total de 1.123,08 hectares. Deste total, foram selecionadas 8, que tiveram seus planos de ação aprovados pela Fundação Florestal, perfazendo uma área total de 770 hectares cujo valor total dos contratos é de R\$ 789.373,52. [RPPN Contempladas](#) 2º Edital - Os pagamentos serão feitos em 5 parcelas, após comprovação da execução dos serviços à cada etapa, conforme cronograma do Plano de Ação de cada RPPN (veja abaixo) aprovado pela Fundação Florestal. [Resultado da primeira etapa de seleção do 2º edital – Publicado no DO de 17/02/2016.](#) [Resultado da segunda etapa de seleção do 2º edital – Publicado no DO de 22/06/2016.](#) [Planos de Ação das RPPN selecionadas para o 2º edital](#) Plano de Ação Catadupa; Plano de Ação Chácara Santa Inêz; Plano de Ação Hinayna Mahayana; Plano de Ação Santa Rita Serrinha – parte 1; Plano de Ação Santa Rita Serrinha – parte 2; Plano de Ação Travessia; Plano de Ação Fazenda Serrinha. Fonte: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaofloresta/lpagina-inicial/rppn/projeto-de-pagamento-por-servicos-ambientais-psa/>. **Comentários:** Essa apresentação teve como objetivo despertar nos membros da CT-RN um maior interesse pela criação deste tipo de Unidades de Conservação e de auxiliar na montagem dos procedimentos do Programa III da Política de Mananciais PCJ. Objetivo atingido. **5. Palavra Aberta / Outros assuntos: Comentários:** A Ana Watanabe (Piracaia) pediu a palavra para solicitar ajuda no seu município com relação aos inúmeros incêndios nas áreas de reflorestamento da SABESP dentro do seu município. Acredita que a política de mananciais pode contribuir para uma melhor garantia da restauração florestal e ou ecológica. Fez um apelo para que haja liberação mais rápida dos recursos para pagamento por serviços ambientais previstos no último edital da Política de Mananciais (programa II). mesma reclamação feita pelos municípios de Limeira, Piracicaba e Jaguariúna. Preparar um ofício para ser enviado para a Agência de Bacias PCJ. O Engenheiro Luiz Sertório comentou sobre o edital para elaboração dos PIPs em Cordeirópolis referente aos recursos do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes. Acordado que precisamos estar mais próximos da realidade dos projetos especialmente no momento de início da construção das cercas e plantios. A SOS Mata Atlântica precisa estar mais atenta aos conflitos e impactos gerados por esta ação, mesmo que prevista. Possibilidade de pagamento pelos bebedouros. Visão de área ambientalmente restaurada e não apenas florestas / árvores; **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sr. João José Demarchi (IZ/APTA/SAA) agradeceu a presença de todos,

desejou bom retorno a todos e foi dada por encerrada a reunião as 13 h.

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Coordenador da CT-RN

Petrus Weel  
Coordenador-adjunto da CT-RN

Henrique Bellinaso  
(Cláudia Grabher)  
Secretários da CT-RN